

AO EXPEDIENTE DO DIA

11 de 09 de 1997
Em 10 de 09 de 1997



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA

Gabinete Deputado Luiz Couto - PT

RECURSO AO PARECER DE INCONSTITUCIONALIDADE PROFERIDO PELA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DESTA CASA.

Nº 32 /97

Referência: Projeto de Lei Nº 671/97,
de autoria do Deputado Luiz Couto.
Que dispõe sobre a obrigatoriedade
do Executivo Estadual, abrangendo a
administração direta e indireta, em
anunciar seus custos de publicidade
e dá outras providências.

O Relator fundamenta sua declaração de inconstitucionalidade da matéria, no artigo 63, parágrafo 1º, inciso II, alíneas **b** e **e**, da Constituição do Estado. Alegando o mesmo que o Projeto de Lei apresentado é amplo e que essa "amplitude dada à proposição causa uma interferência na Tripartição dos Poderes". Não encontro, senhores, no inciso II e alíneas **b** e **e** do parágrafo primeiro, do art. 63 da CE, nada que substancie tal declaração de inconstitucionalidade.

Senão, vejamos, o artigo 63 da CE no seu caput diz :

Art. 63 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O parágrafo 1º desse artigo faz referência às matérias que são de iniciativa do Governador do Estado, o que não significa dizer que seja um ato privativo do Poder Executivo. A alínea **b** trata da organização administrativa, da matéria tributária, orçamentária e serviços públicos. O Projeto de Lei em discussão regulamenta a forma de apresentação dos gastos com publicidade, por parte do executivo, não tratando em nenhum dos seus artigos de matéria referente a organização administrativa, matéria tributária, orçamentária ou serviço público.

Já a alínea **e** do citado art. 63, da CE, refere-se à criação, estruturação e atribuição das secretarias e órgãos da administração pública. O Projeto de Lei

671/97 dispõe sobre o anúncio dos custos das campanhas e informes publicitários do Governo do Estado.

O objetivo do Projeto de Lei nº 671/97 é garantir a publicação por parte do Poder Executivo, dos gastos realizados com publicidade, de forma transparente ordenada e de fácil entendimento ao cidadão comum, provando que, de fato, a Paraíba mudou.

Alega ainda o Relator que o projeto apresentado não tem precisão na consecução dos seus objetivos e que o mesmo não indica os recursos para tal pretensão. Ora senhores, o objetivo do Projeto é que o Poder Executivo acrescente ao material de suas campanhas e informes publicitários, o quanto custou aos cofres públicos suas realizações. Não sendo esta propositura onerosa para o Estado.

"Em outro viciado entendimento", do Relator, quanto ao objetivo do projeto, diz este que o mesmo tem por objeto o controle dos gastos com propaganda. Não encontrei, senhores, em qual artigo do projeto de minha autoria percebeu o relator este mecanismo de controle dos custos. O projeto não impõe limite de gastos ou cria critérios para tais, apenas obriga que estes gastos sejam de conhecimento do público alvo das campanhas e informes publicitários.

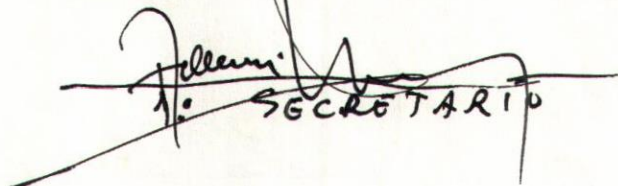
Acredito que a Constitucionalidade do Projeto de Lei Nº 671/97 está configurada, já que as alegações apresentadas como fundamentação para a declaração de inconstitucionalidade não tem amparo legal.

Este é o Recurso, dando conta da constitucionalidade do Projeto de Lei Nº 671/97.

Sala das Sessões, 09 de abril de 1997.


Dep. Luiz Couto
Líder da Bancada - PT

RECURSO REJEITADO
POR 19 VOTOS
CONTRA 07 VOTOS


1. SECRETARIO



ESTADO DA PARAÍBA
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



Registrado no Livro de Plenário

às Fls. 32/48 sob No

em, 11 / 02 / 1997

[Signature]

Publicado no Diário do Poder

Legislativo do Dia 1 / 1 /

de 1997

em 11 / 02 / 1997

SECRETÁRIO

Remetido à Secretária Legislativa

Em 11 / 02 / 1997

Diretor da Ass. ao Plenário

Designo como Relator

o Deputado

Em, / / 9

Presidente